

# **HÁ LUGAR PARA A MULHER NA BRIGADA MILITAR? UM ESTUDO DE CASO NO 2ºRPMON REGIMENTO CEL. JUVÊNCIO – SEDE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

## **¿HAY LUGAR PARA LA MUJER EN LA BRIGADA MILITAR? UN ESTUDIO DE CASO EN EL 2º RPMON REGIMIENTO CEL. JUVENCIO - SEDE SANTANA DEL LIVRAMENTO / RS**

Alex Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>

Isabela Braga da Matta<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo objetiva entender quais as mudanças culturais, ocorridas com a presença de mulheres no aquartelamento e no exercício das funções operacionais da Brigada Militar no 2ºRPMon Regimento Cel. Juvêncio – Sede Santana do Livramento/RS. Para tanto, foram pesquisados 10 homens e 12 mulheres do 2ºRPMon. Os dados foram coletados através de uma coleta documental e de entrevistas e observações sistemáticas. Entrevistas estas, com roteiro semiestruturado, com base nos objetivos específicos estabelecidos. Também, foram elencadas categorias de análise, tendo com isso o objetivo de deixar mais claro, a forma de análise dos dados obtidos. Os dados foram analisados através das falas dos entrevistados, transformadas e separadas em categorias preestabelecidas. Dentre os resultados, observa-se principalmente que em resposta ao objetivo geral do estudo, todos relataram que houve uma mudança significativa com a presença das mulheres no serviço da Brigada Militar, apesar das lutas que tiveram que enfrentar para chegarem até este momento. Ao final este trabalho, respondeu também, ao que foi definido nos objetivos específicos relacionado a quais mudanças ocorreram com a entrada das mulheres no Serviço Militar no Regimento, bem como, se existem sentimentos de inferioridade das mulheres em relação aos homens, no desempenho de suas funções diárias, constatou-se que o ambiente da organização teve significativas mudanças, bem como, por parte dos homens, os entrevistados afirmam que não existe inferioridade delas em relação a eles e elas por sua vez não se sentem inferiores.

**Palavras-Chaves:** Mudanças, Mulheres, Aquartelamento e Brigada Militar.

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo entender qué cambios culturales, ocurridos con la presencia de mujeres en el acuartelamiento y en el ejercicio de las funciones operativas de la Brigada Militar en el 2ºRPMon Regimiento Cel. - Juvencio - Sede Santana del Livramento / RS. Para ello, fueron investigados 10 hombres y 12 mujeres del 2ºRPMon. Los datos fueron recolectados a través de una colección documental y de entrevistas y observaciones sistemáticas. Entrevistas éstas, con guión semiestruturado, con base en los objetivos específicos establecidos. También, se definieron categorías de análisis, teniendo con ello el objetivo de dejar más claro, la forma de análisis de los datos obtenidos. Los datos fueron analizados a través de las conversaciones de los

<sup>1</sup>Discente do curso de Gestão Pública. E-mail: aleros.aleros@gmail.com

<sup>2</sup>Docente da Universidade Federal do Pampa campus Santana do Livramento. E-mail: isabelamatta@unipampa.edu.br

entrevistados, transformadas y separadas en categorías preestablecidas. Entre los resultados, se observa principalmente que en respuesta al objetivo general del estudio, todos relataron que hubo un cambio significativo con la presencia de las mujeres en el servicio de la Brigada Militar, a pesar de las luchas que tuvieron que enfrentar para llegar hasta este momento. Al final de este trabajo, respondió también, a lo que se definió en los objetivos específicos relacionados con qué cambios ocurrieron con la entrada de las mujeres en el Servicio Militar en el Reglamento, así como, si existen sentimientos de inferioridad de las mujeres en relación a los hombres, en el desempeño de sus hombres las funciones diarias, se constató que el ambiente de la organización tuvo significativos cambios, así como, por parte de los hombres, los entrevistados afirman que no hay inferioridad de ellas en relación a ellos y ellas a su vez no se sienten inferiores.

**Palabras Claves:** Cambios, Mujeres, Acuartelamiento y Brigada Militar.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo, aborda a incorporação da mulher, na carreira militar, em especial, na sua participação ativa, nas corporações da Polícia Militar.

Segundo os estudos de Calazans (2003), o conhecimento sobre a realidade da entrada na mulher nas forças armadas e auxiliares ainda é muito incipiente no Brasil, e embora, ainda, se perpetue no serviço militar um perfil masculino, de acordo com a autora supracitada, a mulher vem ganhando o seu espaço, esse processo de inclusão da mulher na Polícia Militar, teve início pelo Estado de São Paulo no ano de 1955, sendo seguido pelo estado do Paraná em 1977.

Segundo Schactae (2011), o processo de reorganização das polícias militares, iniciou-se no ano de 1975, com a proposta de criação da primeira turma de policiais femininas a nível nacional.

Ainda segundo a autora, foi somente em 1977 que a Inspetoria Geral das Polícias Militares, publica o documento “que autorizava a criação de unidades de Polícia Feminina nas Polícias Militares Brasileiras [...]”, a chamada Portaria nº 027 de 1977.

Nas Instituições Militares de acordo com o decreto nº 23.245, de 13 de AGOSTO de 1974, em seu artigo 1º, observa-se que a Brigada Militar é uma organização tradicional e burocrática, totalmente formal, que cultua o princípio de unidade de comando, tendo assim uma forma de comunicação vertical, e fazendo constante uso da departamentalização e da especialização e tendo um conceito de Hierarquia, que segundo Loureiro (2004), pode ser encontrado em outros documentos legislativos.

Mas de acordo com Oliveira (2009), esse modelo militarista começa a se adequar aos novos tempos pois, se desenvolvem novas perspectivas de conflitos sociais, apontando para a ideia de segurança como um serviço público a ser prestado para o bem-estar da sociedade, mas que, segundo Calazans (2003), ainda é marcado pelo patriarcalismo e predomínio masculino na profissão.

É, portanto, nesse contexto de cultura organizacional, onde predomina um componente tradicional de masculinidade, que surgiu o problema de pesquisa.

Observa-se, sobre a situação da mulher no contexto militar, do ponto de vista da adaptação, da não aceitação, da cultura da organização, colocações muitas vezes sem comprovação do que realmente acontece na prática, ou na rotina da atividade militar, este estudo contribuirá com a leitura da atual realidade no contexto das organizações militares, assim que a problemática, deste estudo, está assim delineada da seguinte forma: **Quais as mudanças culturais, ocorridas, com a presença de mulheres no acuartelamento e no exercício das funções operacionais na Brigada Militar no 2º RPMon Regimento Cel. Juvêncio – Sede Santana do Livramento/RS?**

O objetivo Geral desta pesquisa é:

Entender quais as mudanças culturais, ocorridas com a presença de mulheres no aquartelamento e no exercício das funções operacionais da Brigada Militar no 2º RPMon Regimento Cel. Juvêncio – Sede Santana do Livramento/RS.

O projeto busca atingir seu objetivo geral através de seus objetivos específicos:

- Conhecer o histórico da entrada das mulheres no Regimento de Santana do Livramento/RS.

- Verificar como as mulheres se sentem no ambiente de trabalho e no desempenho das funções.

- Descrever a percepção dos homens com relação ao exercício das funções que as mulheres desempenham.

- Identificar se há aspectos comportamentais a serem melhorados na Brigada Militar que contribuam para o comprometimento e melhor acolhimento das Mulheres.

Estudar este tema, referente as mulheres nas forças armadas, e as mudanças culturais, provenientes desse fato, reveste-se de grande importância pois, a mulher vem exercendo funções nos diferentes setores de trabalho, e agora nas corporações das forças militares. De acordo com Musameci e Soares (2004, p.45) “No segundo semestre de 2003, as 23 PMs que enviaram informações reuniam 25.675 mulheres e 342.415 homens na ativa, o que correspondia a uma participação feminina de 7<sup>o</sup>”, isso em todo o País! Já em Santana do Livramento, de acordo com Gomes *et al* (2015), dos 185 policiais do Regimento, somente 29 são mulheres, por isso que se torna necessário entender as relações culturais constantes nesse meio, onde ainda, são os homens que constam como maioria. Outro aspecto que o trabalho vai abordar, é no exercício da atividades-fim, precisamente no desempenho do policiamento militar, se de alguma forma, houve de fato, uma mudança no comportamento da corporação, como por exemplo, a de tornar a polícia militar mais humanizada e menos repressora, também, saber, se não houve alguma falta de equidade no tratamento em função de ser mulher.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo, apresenta-se as teorias que embasam este estudo, no primeiro tópico, aborda-se, a mulher e sua inserção no mercado de trabalho, no próximo tópico, fala-se um pouco sobre a instituição da Polícia Militar, em seguida aborda-se sobre cultura organizacional e os rumos que a Polícia Militar está tomando, em função da entrada das mulheres em seu contingente, e o último tópico, fala da mulher na Polícia Militar.

### **2.1 A MULHER E SUA INSERÇÃO NA VIDA LABORAL**

De acordo com Da Luz e Fuchina (2009), a mulher é preparada para ser uma espécie de auxiliar perfeita para os homens, eles abordam o assunto da seguinte maneira:

A mulher por anos restringiu-se a desenvolver ações que a preparavam para ser uma boa esposa e mãe, conseqüentemente, deste modo, desfrutaria de um bom casamento. Desde criança recebia os princípios de uma moral comportamental que a tornaria futuramente em uma “esposa perfeita”. Recebidos estes ensinamentos e alimentados pela fragilidade do sexo feminino, as mulheres acabavam aceitando tal condição e tornavam-se mecanismos de autocontrole da sociedade em torno do comportamento das outras mulheres.

Estigmatizadas e com um futuro já traçado, restava-lhe desenvolver os ensinamentos da melhor forma possível. Distanciadas da vida política e dos direitos, a mulher era então excluída da vida social, de qualquer função política e religiosa. Era considerada como invisível, pois não havia representatividade alguma, além de que, a grande maioria era analfabeta e subordinada juridicamente ao homem. (DA LUZ; FUCHINA, 2009, p.03)

Portanto, a luta que a mulher travou contra o sistema do patriarcado masculino, foi intenso e complicado, pois a transição de submissa a dona do seu próprio destino, não foi, um processo pacífico, mas segundo Rezende e Pereira (2011, p 01), extremamente válido, pois atingiu seus objetivos de emancipação, do direito ao trabalho e do direito de sentir-se em condições iguais aos homens, os autores falam nas décadas que se seguiram, a luta da mulher tornou-se mais intensa, contra todo o tipo de opressão, tanto social como econômica, mostrando que não nasceu para andar atrás dos homens, mas ao seu lado, e muitas vezes a sua frente, pois de acordo com os autores, tem um papel de destaque na vida acadêmica, e ainda reforçam: “Ao longo dos últimos anos, ao persistir em suas lutas, reivindicando novos e maiores espaços no mercado de trabalho e na sociedade, as mulheres têm alcançado muitas conquistas”.

A busca pelo seu espaço, faz com que a mulher se dedique mais, e seja em tudo, mais eficiente que os homens, tanto no melhor aproveitamento escolar, como na sua inserção no mercado de trabalho, onde vem conquistando, novos espaços no meio social, onde assume várias funções, o de ser mulher, mãe, dona de casa e profissional, pois de acordo com Tavares (2010), elas em sua ânsia de superação, tornam-se multifuncionais, e desempenham suas tarefas com maestria, pois de acordo com o autor, os homens as incentivam a se desenvolver, no trabalho, nos estudos, desde que cumpram seus deveres domésticos.

Enfim, a mulher conquistou o seu direito ao trabalho, mas ainda é refém da tradição, ou seja, ainda tem que se desdobrar entre o trabalho e os afazeres domésticos, o que dá origem a uma sobrecarga de funções, uma vez que ela é levada a assumir longas jornadas de trabalho por acumular tarefas dentro e fora de casa.

Porém, apesar de toda essa sobrecarga, Cappelle (2006) ressalta:

[...] o fato de que, nos últimos anos, a mulher tem se sobressaído em grande parte das profissões que tem ocupado. [...] a mulher encontra-se num processo que está transformando a sociedade brasileira, constituindo 30% dos médicos, metade do corpo de advogados do país, integrando significativamente a profissão de juiz e dirigindo cargos importantes em grandes bancos de investimentos. Também em organizações militares, formadas, em sua grande maioria por homens, as mulheres têm se destacado. Entre os estudantes que obtiveram o título máximo de aluno-coronel em 1997, nos 12 colégios militares do país, 80% são mulheres. No meio científico, quase a metade dos pesquisadores com bolsa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é de mulheres. (CAPPELLE, 2006, p.21)

Cappelle (2006, p.21), também alerta que apesar de todo esse desempenho extraordinário, “as mulheres têm enfrentado, alguns obstáculos no que diz respeito a remuneração”, pois ainda têm seus salários menores que o dos homens.

A seguir, aborda-se a organização da Polícia Militar.

## 2.2 UMA ORGANIZAÇÃO CHAMADA POLÍCIA MILITAR

Dê acordo com Calazans (2003), existe uma burocracia bem rígida na polícia militar, que garante o cumprimento de todas as atribuições prescritas em seus manuais de regimento interno, a autora, refere-se a isso, dizendo que o Estado determina o desenvolvimento do aparelho policial, a burocracia, as instruções militares, definem as ações do cotidiano da polícia, concluindo que, o valor do trabalho da polícia, caracteriza-se pelo que está prescrito nos regimentos disciplinares, onde o não cumprimento das atribuições prescritas, acarreta sérias punições disciplinares.

Essa disciplina e a série de regulações, encontra-se no decreto nº 23.245, de 13 de agosto de 1974, onde também é definida a sua missão:

Art. 1º - A Brigada Militar é uma instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina, para o desempenho de suas missões constitucionais, regida pela legislação federal pertinente as Polícias Militares e pela legislação estadual supletiva. (RIO GRANDE DO SUL)

Dê acordo com o artigo 1º, observa-se que a Brigada Militar é uma organização tradicional e burocrática, formal, que cultua o princípio de unidade de comando, tendo assim uma forma de comunicação vertical, e fazendo constante uso da departamentalização e da especialização. Segundo Mintzberg (p.167, 2003), referindo-se a essa formalidade e mecanização das organizações: “A autoridade formal infiltra-se de cima para baixo em uma hierarquia claramente definida, através da qual é cuidadosamente mantido o princípio da unidade de comando, como também o é a rígida distinção entre linha e assessoria”.

Por outro lado, Vasconcellos e Hemsley (2003), tentam estabelecer um conceito para esse tipo de Estrutura Organizacional, afirmam o seguinte:

A estrutura de uma organização pode ser definida como o resultado de um processo através do qual a autoridade é distribuída, as atividades desde os níveis mais baixos até a Alta Administração são especificadas e um sistema de comunicação é delineado permitindo que as pessoas realizem as atividades e exerçam a autoridade para o atingimento dos objetivos organizacionais. (VASCONCELLOS; HEMSLEY, 2003, p.14)

Segundo os autores, essas organizações, e nestes conceitos, a organização militar, também se enquadra, existe um conjunto de formas que se perpetua ao longo do tempo, que consiste nas atividades repetitivas e ambientes estáveis com uma autoridade que vem sempre de cima.

Nesse contexto, segundo De Barcellos *apud* Brasil, Decreto 667/97: “A estrutura organizacional da Brigada Militar segue o modelo preconizado pelo Decreto-Lei nº 667 de 2 de julho de 1969, que prescreve, em linhas gerais a forma de organização e funcionamento das polícias militares, calcada em padrões derivados do Exército Brasileiro”

Também, segundo Loureiro (2004, p.02), os conceitos da hierarquia e da disciplina podem ser encontradas em diversas fontes legislativas como, a Lei Federal nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, o Decreto Federal nº 90.608, de 04 de dezembro de

1984, a Lei Estadual nº10.072, de 20 de dezembro de 1976, e a Lei Estadual nº 11.817, de 24 de julho de 2000.

Constata-se a supremacia da formalidade e da tradição, na organização da Polícia Militar, visto que além do Decreto que a normatiza, vir de uma Instituição extremamente formal, tradicional e hierárquica, ainda existem outras fontes que corroboram com este contexto.

Na sequência, tem-se a abordagem da cultura organizacional atual, e dos novos rumos da polícia Militar.

### **2.3 A CULTURA ORGANIZACIONAL E OS NOVOS RUMOS DA POLÍCIA MILITAR**

A cultura organizacional teve sua origem nos estudos da antropologia, concebese como algo particular do ser humano, de sua natureza que, ao agir sobre o meio onde habita, transforma-o para o atendimento de suas necessidades. Nesse sentido, torna-se importante ressaltar, que, a cultura organizacional sugere a concepção de um sistema capaz de criar diversos significados e sentidos para as ações humanas.

De acordo com Freitas (2004), fazendo uma reflexão, das bases conceituais da cultura organizacional, aponta para a necessidade de compreensão das organizações de se perceberem as principais produtoras de artefatos que começam com os ritos, as cerimônias, os comportamentos, as atitudes e os valores que produzem e que disseminam entre os sujeitos, tornando-se como um elemento identificador e que orienta as ações em um determinado contexto de convivência social. Já para Schein (2000) a cultura organizacional é um modelo de pressupostos básicos, onde determinado grupo inventa, descobre ou desenvolve num processo de aprendizagem, a como lidar com os problemas relativos a adaptação ao ambiente externo, bem como, do que se refere a integração interna das organizações. Se tais pressupostos apresentarem um funcionamento eficaz, são passados aos outros membros, passando a fazer parte do corpo de regras e normas da organização.

Ainda de acordo com Freitas (2004), tornam-se os valores da organização e isso, para o autor, decorre da comunicação e do comportamento exigido no local de trabalho por que:

Comunicam claramente de que maneira as pessoas devem se comportar na organização e quais são os padrões de decoro aceitáveis; chamam a atenção para a maneira como os procedimentos são executados; estabelecem a maneira como as pessoas podem "jogar" e/ou "divertir-se"; exercem uma influência visível e penetrante; guiam o comportamento, através da dramatização de valores básicos, visto que por trás de cada ritual está um mito que simboliza a crença central da corporação; exibem e fornecem experiências a serem lembradas pelos empregados. As cerimônias são destacadas como eventos extraordinários, aos quais todas as luzes da organização emprestam brilho. (FREITAS, 2004, p.23)

Logo, essa reflexão sobre a cultura organizacional e seus efeitos sobre todos os envolvidos torna-se pertinente em vista da construção dos comportamentos, das atitudes e dos valores que são adotados como regra de convivência no ambiente organizacional, isso torna possível o acordo, o consentimento nas relações e garante o equilíbrio no interior das organizações.

É nesse contexto de mudanças organizacionais que a polícia militar se depara desde a Constituição de 88 com a incorporação dessas novas tendências que segundo Oliveira (1993), fortalece o sentimento de cidadania, e avança na “na construção de novas concepções quanto ao trabalho dos agentes responsáveis pela ordem e a segurança social” e ainda conclui:

[...] o combate militar é substituído pela prevenção, pela integração com políticas sociais, por medidas administrativas de redução dos riscos e pela ênfase na investigação criminal. A decisão de usar a força passa a considerar não apenas objetivos específicos a serem alcançados pelas ações policiais, mas também, e fundamentalmente, a segurança e o bem-estar da população envolvida (OLIVEIRA, 1993, P.53).

O modelo militarista começa a se adequar aos novos tempos pois, se desenvolvem novas perspectivas de conflitos sociais, apontando para a ideia de segurança como um serviço público a ser prestado para o bem-estar da sociedade.

O desafio de construir uma nova mentalidade nos quadros militares e novas estratégia de ação, com vistas a uma melhor operacionalidade das atividades, dentro dos padrões expostos pelo Estado Democrático de Direito, foi aceito pela organização militar, e uma das suas principais ações foi possibilitar as mulheres o direito de entrar nos seus quadros de pessoal.

O Próximo tópico aborda a inserção das mulheres na Polícia Militar.

## **2.4 AS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR**

Dê acordo com Calazans (2003), o Estado de São Paulo foi o pioneiro, no processo de inserção das mulheres no serviço de polícia militar:

[...] no ano de 1955, depois, Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981, Pará em 1982 e Santa Catarina em 1983. A mulher ingressou nas Polícias Militares com a criação do Pelotão de Polícia Militar Feminina ou das Companhias Femininas. Tinham como missão o trato com crianças, idosos, trânsito, escolas e aeroportos; com menores delinquentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em delitos penais. Com o passar do tempo, as policiais femininas começaram a ser empregadas tanto na atividade operacional, quanto na atividade administrativa da corporação. No Estado do Rio Grande do Sul, a inserção feminina na Polícia Militar deu-se a partir de 1985 quando foi criada a Companhia Feminina do Policiamento Ostensivo voltada para atividades identificadas como atribuições do universo feminino, em escolas, aeroportos e no trânsito. (CALAZANS, 2003, P.17).

E de acordo com Schactae (2011, p.703), o processo de reorganização das polícias militares, iniciou-se no ano de 1975, com a proposta de criação da primeira turma de policiais femininas a nível nacional, diz ela que esse processo foi possível, pelas idéias “inovadoras”, “do Coronel César Tasso Saldanha Lemos e contribuiu para a abertura da primeira turma”.

Ainda segundo a autora, foi somente em 1977 que a Inspetoria Geral das Polícias Militares, publica o documento “que autorizava a criação de unidades de Polícia Feminina nas Polícias Militares Brasileiras [...]”, a chamada Portaria nº 027 de 1977.

Schactae (2011,p.704), também se refere a complicada mudança de comportamento, em uma organização dominada exclusivamente por homens, onde segundo a autora, o “[...]capital simbólico institucional foi construído para ser incorporado por homens. A hierarquia e as unidades policiais militares ordenam o poder dos agentes herdeiros da tradição institucional”.

No Rio Grande do Sul, a Polícia Feminina foi idealizada, a partir do Decreto Lei Federal Nº 2.106, de 06 de fevereiro de 1984, que proponha o seguinte:

Art.8º.

§ 2º Os Estados, Territórios e Distrito Federal poderão, se convier as respectivas Polícias Militares:

Admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças, para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização do Ministério do Exército (BRASIL).

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1985, dê acordo com Calazans (2003), decreta em lei a criação na Brigada Militar, da Companhia de Polícia Militar Feminina, a qual foi sancionada e promulgada pelo Governador na época, Sr. Jair Soares. Para que fossem empregadas com exclusividade na atividade-fim da Corporação, isso ocorreu com a lei nº 7.977, de 8 de janeiro de 1985.

A partir dessa lei, o Estado passou a contar com a Cia PM Fem, que segundo Calazans:

O trabalho policial tem sido visto, necessariamente, como uma ocupação masculina. Contudo, a evolução do papel do policial na sociedade e o movimento em direção à abertura de ocupações secularmente masculinas, para as mulheres, trouxe à tona a discussão da presença de mulheres no ofício de polícia.

A progressiva incorporação da mulher na polícia e as modernizações das organizações policiais são fenômenos que andam parelhos. A estrutura do trabalho policial está sofrendo grandes mudanças, entram em crise velhos valores característicos da organização, como a força física e a identificação tradicional com a figura masculina, buscando-se uma substituição por outros mais de acordo com a realidade atual, como a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação, o trabalho em equipe.

Afrontam-se novas situações em que não é tão necessária a força física, e que identifica nas mulheres potencialidades que até agora não lhes foram reconhecidas: reduzir situações potencialmente violentas e conflituosas, atender coletivos que exigem tratamentos diferenciados e a valorização de formas preventivas. (CALAZANS,2003, p.37)

Calazans (2003) sugere que o ingresso das mulheres na Polícia Militar em conjunto com o processo de modernização desta organização e a profissionalização do trabalho policial começou com uma crise de amplas proporções, que está sendo suportada nessa organização, tornando-se ainda mais forte esta crise, com as constantes exigências da sociedade, para que se tenha novos paradigmas comportamentais no trabalho de polícia. Surge, portanto, a possibilidade de as policiais beneficiarem-se dessa crise, e



modificar as suas relações de poder na instituição e ainda, transformar esse espaço, que até então, eram os homens que dominavam. A autora supracitada acredita que as mulheres atendem ao novo perfil que corresponde a esses novos paradigmas na segurança pública para que possa existir, uma PM menos centrada no uso da força física e mais direcionada ao uso da estratégica e da prevenção. Ela também acredita que, a constatação de sua hipótese, se dará com o desenvolvimento do trabalho no convívio diário. Dia a dia esse, que segundo ela, ainda é marcado pelo patriarcalismo e predomínio masculino na profissão.

É neste sentido do predomínio masculino, que Souza (2014) reflete:

Dessa forma, a análise da trajetória histórica das mulheres na Polícia Militar [...], revela aspectos importantes sobre os sentidos da presença feminina, com ampliação significativa do seu efetivo, alteração das formas de ingresso e da natureza do trabalho feminino na instituição. Antes restritas ao desempenho de tarefas assistenciais, as mulheres passaram a desempenhar atividades até então exclusivas dos policiais masculinos como policiamento ostensivo, abordagens e orientação do trânsito. Contudo, a ampliação dos espaços possíveis ao público feminino não representou o fim das restrições reservadas às mulheres na Polícia Militar, onde algumas unidades persistem informalmente vedadas à sua participação. Atuando como “reservatórios de sentido”, manancial das representações sociais que estruturam a identidade dos grupos mais tradicionais na polícia, esses espaços tendem a encarar o ingresso das mulheres como fonte potencial de ameaça, constituindo as mulheres um “outro indesejado” e ao mesmo tempo um elemento necessário para a corporação evidenciar sua face mais “moderna”. Apontada como razão potencial de desequilíbrio, particularmente nos setores tradicionais da polícia, a presença feminina é manejada conforme os interesses que compõem a ética militar e que costumam frear as expectativas de uma ordem democrática. (SOUZA, 2014, p.123)

Os critérios considerados para que se faça a alocação das mulheres policiais-militares em determinadas atividades, reforça o viés machista institucional. A subestimação do potencial feminino merece ser questionado. Conforme Kliksberg (2001) há necessidade de se superar todas as formas de discriminação que ainda subsistem, como as que são exercidas contra as mulheres, já que todos os seres humanos fazem jus ao pleno respeito e os mesmos direitos. A próxima parte, tratará da metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa proposta.

### **3. METODOLOGIA**

Sobre o estudo desenvolvido, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se como descritiva, seu método foi uma abordagem qualitativa e quanto ao tipo de pesquisa é um Estudo de Caso.

Segundo Gil (2012, p.08), “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

E de acordo Richardson (1999) o método científico é a forma encontrada pela sociedade para legitimar um conhecimento adquirido empiricamente, isto é, quando um conhecimento é obtido pelo método científico, qualquer pesquisador que repita a investigação, nas mesmas circunstâncias, poderá obter um resultado semelhante. Dessa

maneira, nessa seção é apresentado o caminho percorrido neste estudo para alcançar os objetivos.

Foi utilizada a pesquisa descritiva. Dentre as pesquisas descritivas, segundo Gil (2012, p.28): “salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc.”

E ainda para Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

O método apresenta uma abordagem qualitativa. Segundo Bêrni e Fernandez (2012): o método qualitativo de dados pode ser empregado de três formas, sendo que para esta pesquisa foi utilizado a terceira forma, onde a observação, a coleta de documentos e as entrevistas foram as principais técnicas de obtenção de informações.

O tipo de pesquisa utilizada foi o Estudo de Caso, desenvolvido no 2ºRPMon Regimento Cel. Juvêncio – Sede Santana do Livramento/RS. Segundo Gil (2009), é aquele desenvolvido com o propósito de descrever amplamente um fenômeno em seu contexto, fornecem respostas aos “o quê?” e “como”, mas diferem dos estudos quantitativos, pois não descrevem com precisão as variáveis estudadas, mas procuram descrever o fenômeno sob diversas formas e sob ponto de vistas diferentes.

Na coleta dos dados, foram utilizados dois instrumentos de coleta, o primeiro foi a pesquisa documental que de acordo com Gil (2012), tem semelhança com a pesquisa bibliográfica, no entanto, difere desta, em relação a suas fontes, pois enquanto na bibliográfica são utilizados vários autores, a documental se serve de material produzido nos locais onde está sendo desenvolvida a pesquisa, ou seja, de acordo com outros autores, a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas (LAKATOS E MARCONI, 2001). O documento pesquisado, foi o Jornal da cidade, que em 2016, fez uma reportagem sobre as mulheres que entraram para a reserva da Brigada Militar de Santana do Livramento.

O segundo Instrumento de coleta utilizado foi a entrevista semiestruturada, que segundo Triviños (1987), parte de questionamentos básicos, suportados em teorias que deram suporte à pesquisa, podendo surgir hipóteses novas conforme as respostas dos entrevistados. Portanto, esta segunda parte da coleta de dados desta pesquisa, parte de um roteiro de questões, com base nos objetivos específicos estabelecidos.

Para tanto, realizou-se entrevistas com 10 Homens e 12 Mulheres do 2ºRPMon Regimento Cel. Juvêncio – Sede Santana do Livramento/RS, optou-se por não estipular um número fixo de entrevistados, deixando livre para quem se disponibilizasse dar a entrevista, e conseguiu-se os números acima citados. Nem todos os entrevistados foram selecionados, para compor os grupos de análises, por algumas entrevistas terem se tornado repetitivas demais.

Os dados coletados foram analisados de forma descritiva, que segundo Bardin (1979, p.31):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 1979, p.31)

Portanto, por meio desses procedimentos sistemáticos, foram analisados o conteúdo das entrevistas, o que possibilitará entender as respostas de cada participante do presente estudo.

Para tanto, visando um melhor entendimento dos dados, foram criados quatro grupos de análise, cada grupo atenderá um objetivo específico, e serão assim descritos: a) Conhecendo o Histórico da entrada das mulheres no Regimento, b) Sentimento das mulheres em relação ao ambiente de trabalho e no desempenho das funções. c) Percepção dos homens com relação ao exercício das funções que as mulheres desempenham. d) Aspectos comportamentais a serem melhorados na Brigada Militar.

Para melhor compreensão do grupo de análise, também foi utilizado um método descrito por Bardin (1979, p.55) que visa, “[...] classificar as unidades de significação criando categorias, introduzindo uma ordem suplementar reveladora de uma estrutura interna”.

No caso desta pesquisa, o método foi aplicado, considerando os grupos supracitados, acrescentando categorias para cada grupo e definições encontradas no Referencial Teórico deste artigo.

### Quadro 1: Categorias de Análise

Grupos de Análise	Categorias	Definição
a) Conhecendo o Histórico da entrada das mulheres no Regimento.	Histórico da entrada das mulheres.	Quando começou a entrada das mulheres no Regimento (CALAZANS, 2003).
b) Sentimento das mulheres em relação ao ambiente de trabalho e no desempenho das funções.	Sentimento em relação aos homens e a atividade de policiamento.	Um trabalho que foi construído para ser exercido por homens. (SCHATAE, 2011)
c) Percepção dos homens com relação ao exercício das funções que as mulheres desempenham.	Sentimento dos homens em relação as mulheres e o desempenho das atividades em conjunto.	Antes restritas ao desempenho de tarefas assistenciais, as mulheres passaram a desempenhar atividades até então exclusivas dos policiais masculinos como policiamento ostensivo. (SOUZA, 2014)
d) Aspectos comportamentais a serem melhorados na Brigada Militar.	Sugestões para melhorar a instituição e possibilitar um convívio ainda melhor entre os homens e as mulheres.	Desafio de construir uma nova mentalidade nos quadros militares. (OLIVEIRA, 1993)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Espera-se que com estes fundamentos a metodologia do estudo tenha ficado clara, permitindo o alcance dos objetivos de estudo.

A seguir, a apresentação dos resultados e discussão.

## 4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, será apresentado os resultados obtidos nesta pesquisa, a discussão foi dividida em categorias, e cada categoria será analisada separadamente, conforme o quadro do tópico anterior.

### 4.1 Grupo A: Conhecendo o Histórico da entrada das mulheres no Regimento:

De acordo com APlatéia (2016), as mulheres ingressaram em 1993, eram ao todo 59 mulheres divididas em duas turmas, nas cidades de Uruguaiana e Santana do Livramento. Uruguaiana entra aqui por ter sido designada pelo comando maior da Brigada Militar, a dividir o contingente feminino com Livramento. Nota-se que Livramento levou 8 anos para ter mulheres no Regimento, em comparação ao seu início no Estado em 1985. Na sequência da reportagem de APlatéia (2016), encontra-se mais esta informação, das 59 mulheres, 30 delas realizaram curso em Livramento, e permaneceram na cidade, em princípio com o intuito de integrar na equipe de policiamento ostensivo, distribuídas em viaturas, e módulos da cidade e escolas. E ainda, de acordo com a reportagem, somente 8 delas permaneceram na cidade e em 2016, após 25 anos de serviço, entraram para a reserva.

Os dados do estudo comprovam, pelas entrevistas obtidas, que todos os entrevistados concordam que para a recepção das primeiras mulheres a partir dessa época, houveram melhorias na estrutura do Regimento e no comportamento masculino, é a Entrevistada M3, que esclarece: “Sim houveram, tanto no comportamento da comunidade masculina, como também na estrutura do Regimento. E também da parte dos homens é o Entrevistado H2, que melhor justifica a mudança no comportamento, como também na estrutura: “Sim houveram. Exigência de mudança no comportamento individual do público masculino. Também adequações estruturais para atender suas particularidades como sanitários, alojamentos e adequações as legislações tais como a licença gestante, por vezes um serviço burocrático durante a gestação”.

Esse comportamento de mudança física e estrutural, vai ao encontro com as futuras mudanças que ainda ocorreriam, o que está de acordo com as reflexões de Souza (2014, p. 123):

“Dessa forma, a análise da trajetória histórica das mulheres na Polícia Militar [...], revela aspectos importantes sobre os sentidos da presença feminina, com ampliação significativa do seu efetivo, alteração das formas de ingresso e da natureza do trabalho feminino na instituição. Antes restritas ao desempenho de tarefas assistenciais, as mulheres passaram a desempenhar atividades até então exclusivas dos policiais masculinos como policiamento ostensivo, abordagens e orientação do trânsito. [...]”. (SOUZA, 2014, p.123)

De acordo com Calazans (2003, p. 17): “[...] No Estado do Rio Grande do Sul, a inserção feminina na Polícia Militar deu-se a partir de 1985 quando foi criada a Companhia Feminina do Policiamento Ostensivo voltada para atividades identificadas como atribuições do universo feminino, em escolas, aeroportos e no trânsito”.

Desde que as mulheres começaram as suas lutas pela sua Independência e valorização, talvez uma de suas maiores conquistas, foi o de serem aceitas nas forças armadas, e conquistado o direito de se igualarem aos homens, num ambiente onde a masculinidade parecia imperar para sempre.

## **4.2 Grupo B: Sentimento das mulheres em relação ao ambiente de trabalho e no desempenho das funções:**

De acordo com as questões elaboradas para saber do sentimento das mulheres, obteve-se as seguintes respostas.

Entrevistada M1:

“Hoje em dia é primordial o serviço das mulheres na corporação, pois o crime nas ruas não é somente praticado pelo público masculino. Nossa legislação, por sua vez, abrange algumas regras para mulheres, como por exemplo, em abordagens policiais onde “preferencialmente” o sexo feminino deve ter sua revista pessoal realizada por outra mulher, entre outras”.

Portanto, conclui a Entrevista que em sua opinião: “Não há nada que diferencie as policiais femininas, dos masculinos. Nenhuma legislação ou norma interna de restrição para qualquer atividade”.

Outra das Entrevistadas M2, diz que:

“A não ser a diferença do sexo, as mulheres conseguem fazer tudo que o homem faz, eu não vejo nenhuma dificuldade, o serviço é tranquilo, já enfrentei muito marmanjo que achou que por eu ser mulher, ia ter medo, se viesse pra cima, no final se arrepende! Sem falar naquelas ocasiões de abordagem onde o infrator é do sexo feminino, somos nós que fazemos a revista, essas coisas”.

E conclui mais adiante que: “No início, talvez tivesse, mas hoje, os homens nos respeitam pelo profissional que somos. Eu não tenho o que reclamar, o respeito é mútuo e todos seguem as regras da organização, que tem por sua vez regras rígidas de hierarquia e disciplina”.

De todas as Policiais entrevistadas, todas concordam que seus sentimentos em relação ao desenvolvimento de suas obrigações na corporação não deixam a desejar, pois tem tanta capacidade quanto qualquer homem, e servindo-se da frase da entrevistada M1: “[...]cada vez mais, o ingresso das mulheres na corporação, está quebrando paradigmas e preconceitos de que policiais devem ser somente do sexo masculino, conforme acontecia a anos atrás”. Portanto, vê-se que o capital simbólico, já não é uma construção para o homem, agora homens e mulheres tem que dividi-lo.

E Oliveira (1993, p. 53), reforça esse pensamento quando sentencia:

[...] o combate militar é substituído pela prevenção, pela integração com políticas sociais, por medidas administrativas de redução dos riscos e pela ênfase na investigação criminal. A decisão de usar a força passa a considerar não apenas objetivos específicos a serem alcançados pelas ações policiais, mas também, e fundamentalmente, a segurança e o bem-estar da população envolvida (OLIVEIRA, 1993, p.53).

Segundo Schatae (2011, p. 704): “[...] O capital simbólico institucional foi construído para ser incorporado por homens” [...]. de acordo com o exposto seria

realmente essa, a impressão das mulheres que trabalham no Regimento e desempenham as mesmas funções dos homens? Pois afinal, no momento de sua preparação, de acordo com os entrevistados, elas passam pelas mesmas cobranças e desafios que os homens passam.

Portanto, percebe-se que a entrada das mulheres na polícia militar, transformou essa Instituição, tornando-a mais humana, e ainda se servindo de Calazans (2003), entende-se que, as mulheres atendem ao novo perfil que corresponde a esses novos paradigmas na segurança pública para que possa existir, uma PM menos centrada no uso da força física e mais direcionada ao uso da estratégica e da prevenção, da busca por resoluções menos conflituosas.

### **4.3 Grupo C: Percepção dos homens com relação ao exercício das funções que as mulheres desempenham:**

Com os questionamentos aos homens do Regimento, procurou-se confirmar ou não, este relato do autor, daqueles militares do sexo masculino, que se dispuseram a dar a entrevistas, tivemos os seguintes relatos, falando do desempenho das mulheres no trabalho ostensivo:

Entrevistado H1, relata o seguinte: “Por nossa sociedade ser machista, em uma ocorrência que necessite o uso da força, ao ver uma policial Feminina, os infratores se encorajam e tentam desqualifica-la, mas essa percepção logo é desfeita, quando a policial usa da técnica e do treinamento que possui”.

Essa percepção é encontrada em todas as opiniões dos entrevistados.

O Entrevistado H2, também relata o seguinte:

“Existiu em grande escala essa proteção no início dessa incorporação, isso impulsionado pela cultura machista, mas com o decorrer do trabalho em conjunto, isso virou rotina, e hoje o tratamento é igualitário, direitos e deveres iguais, tanto que as mulheres desempenham as mesmas funções e galgam as mesmas graduações e postos que os homens”.

Por outro lado, na opinião do entrevistado H3, ainda existe preocupação com a fraqueza do sexo feminino: “Sempre há essa preocupação. Pois não colocamos duas mulheres pra trabalhar em uma viatura policial. Sempre vai estar fazendo dupla com um homem. Como forma de proteção”.

Neste ponto, abre-se um parêntese, se por um lado todos os entrevistados dizem que não existe diferença, por que a incoerência do entrevistado H3, quando diz haver uma forma de proteção, seria um erro de colocação, ou o entrevistado H3, percebe que ainda, existem certas ressalvas, por considerarem a mulher como tendo um organismo mais frágil? Esse ponto, lembra o que diz Da Luz e Fuchina (2009, p.03):

[...]Recebidos estes ensinamentos e alimentados pela fragilidade do sexo feminino, as mulheres acabavam aceitando tal condição e tornavam-se mecanismos de autocontrole da sociedade em torno do comportamento das outras mulheres.

Estigmatizadas e com um futuro já traçado, restava-lhe desenvolver os ensinamentos da melhor forma possível. Distanciadas da vida política e dos direitos, a mulher era então excluída da vida social, de qualquer função política e religiosa. Era considerada como invisível, pois não havia representatividade

alguma, além de que, a grande maioria era analfabeta e subordinada juridicamente ao homem. (DA LUZ; FUCHINA, 2009, p.03)

Mais adiante o entrevistado H3, concorda com os outros entrevistados, que: “Já existe um excelente convívio com as mulheres dentro da instituição BM. Elas já demonstraram sua capacidade técnica e profissional dentro desses 30 anos. Já conquistaram seu espaço. E hoje são respeitadas e tratadas de forma igual aos homens”.

Os entrevistados H4 e H5, respectivamente, concordam que as mulheres são tão protegidas como qualquer outro companheiro: “A mesma proteção que eu daria para um companheiro homem, eu dou para a companheira mulher, pois a razão de se estar em dupla, consiste no fato de um dar proteção ao outro”. “Da minha parte não, como dupla ambos nos protegemos” (H5).

Portanto, entende-se desses depoimentos que os homens do Regimento consideram que as mulheres conquistaram o seu espaço e o respeito do sexo oposto, e são em muitos momentos, superiores aos homens, como afirma o Entrevistado H2: “Não levando em conta as fragilidades inerentes ao sistema fisiológico feminino, seu desempenho é satisfatório, por vezes até superior ao desempenho masculino”.

E Cappelle (2006, p. 21), corrobora com esse pensamento:

[...] o fato de que, nos últimos anos, a mulher tem se sobressaído em grande parte das profissões que tem ocupado. [...] a mulher encontra-se num processo que está transformando a sociedade brasileira, constituindo 30% dos médicos, metade do corpo de advogados do país, integrando significativamente a profissão de juiz e dirigindo cargos importantes em grandes bancos de investimentos. Também em organizações militares, formadas, em sua grande maioria por homens, as mulheres têm se destacado. Entre os estudantes que obtiveram o título máximo de aluno-coronel em 1997, nos 12 colégios militares do país, 80% são mulheres. No meio científico, quase a metade dos pesquisadores com bolsa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é de mulheres. (CAPPELLE, 2006, p.21)

Portanto, a mulher mostra a cada dia que é capaz de ir muito mais longe e de fazer a diferença, não sendo aquela que está atrás dos homens, mas aquela que caminha ao lado, e na maioria das vezes adiante deles.

#### **4.4 Grupo D: Aspectos comportamentais a serem melhorados na Brigada Militar.**

De acordo com Oliveira (1993, p.53), a Constituição de 88 com a incorporação dessas novas tendências, fortalece o sentimento de cidadania, e avança “na construção de novas concepções quanto ao trabalho dos agentes responsáveis pela ordem e a segurança social”. Questiona-se se essas novas tendências ou comportamentos no ambiente militar, realmente foram incorporados ou ainda existem aspectos que precisam melhorar. Todos os Entrevistados concordam que as mudanças são visíveis, mas não identificaram aspectos que possam ser melhorados, pois em seu ponto de vista, nessas mudanças já se enquadram essas melhorias, como lembra um dos entrevistados H1: “Com a inclusão de mulheres a Instituição evolui, fica mais respeitosa, mais humana e qualificada”.

Outra entrevistada M2 diz: “As mudanças são evidentes, pois podemos comparar o que era a polícia militar de ontem, com o que ela se tornou hoje, a inclusão das mulheres é um exemplo totalmente perceptível dessas mudanças”.

A Entrevistada M1, reflete que: “No meu ponto de vista, o primordial no ambiente de trabalho, tratando-se de mudança comportamental, deve-se estar presente o respeito e a ética. Isto é muito claro dentro da nossa Instituição por ser regida pela hierarquia e disciplina [...].

Os entrevistados H4 e H5, respectivamente, também refletem a respeito das mudanças: “Acredito que sempre tem algo para se mudar, mas no nosso caso, não vejo o que poderia ser, pois o que nos guia são as regras da Instituição, e elas são bem rígidas, todos se tratam com respeito e as mulheres são iguais a nós, pois tem direito de galgar postos superiores, tanto quanto a gente”. “As mudanças que percebo são aquelas que deveriam acontecer, afinal não estamos todos em transição? O mundo muda, as pessoas mudam e as Instituições, também, as militares não são diferentes, tudo que para no tempo, acaba por degradingolar e morrer.

Diante disso, lembra Calazans (2003):

[...]A progressiva incorporação da mulher na polícia e as modernizações das organizações policiais são fenômenos que andam parelhos. A estrutura do trabalho policial está sofrendo grandes mudanças, entram em crise velhos valores característicos da organização, como a força física e a identificação tradicional com a figura masculina, buscando-se uma substituição por outros mais de acordos com a realidade atual, como a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos, a inovação, o trabalho em equipe[...].  
(CALAZANS,2003, p.37)

Portanto, percebe-se que os aspectos a serem melhorados está implícito em todas as mudanças na própria estrutura da polícia militar, começando pela incorporação das mulheres.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo atingiu seus objetivos geral e específicos, pois cada tópico foi analisado conforme o exposto na introdução, contudo, por não ter-se entrevistado todos os homens e mulheres do 2ºRPMon Regimento Cel. Juvêncio – Sede Santana do Livramento/RS, prefere-se não pegar esta pesquisa como uma regra de comportamento geral para todos os Regimentos do Estado ou mesmo do País. Portanto, procura-se não generalizar, mas tira-se das respostas obtidas, uma ideia que existe um pensamento comum, pois todas as respostas em grande parte, reproduziam-se, talvez se o estudo fosse feito também em outras cidades, fosse possível confirmar esse pensamento, ou não, portanto prefere-se, não generalizar.

Mas, para o que se propôs, a nível do Regimento da cidade de Santana do Livramento, segundo os Entrevistados em contraposição com o Referencial Teórico, as mudanças são visíveis, desde as Estruturas da Organização que foram adequadas para a recepção das mulheres como banheiros e alojamentos, segundo os entrevistados, até o comportamento dos colegas de farda do sexo masculino, que passaram a respeitá-las, não só por que existem regras que lhes são impostas, mas também pelo profissionalismo que elas apresentam, como deixou claro um dos entrevistados, identificado como H1: “Não vejo na Instituição, diferenciação pelo sexo, o respeito perante aos colegas se dá, pelo profissionalismo, conhecimento e atitudes com que agem as colegas femininas”.



As mulheres conquistaram o seu espaço e mudaram o ambiente organizacional da Brigada Militar, criaram um ambiente propício para as novas gerações de policiais mulheres que ingressarão na carreira militar.

Portanto, servindo-se mais uma vez de Calazans (2003), a entrada das mulheres na policial militar, deu-se em um momento de crise da Instituição, resultando num melhor funcionamento da mesma, tornando-a menos brutal e mais acolhedora, mais humana. Sua incorporação, a polícia militar, mostrou que a segurança pública pode ser desempenhada, de tal forma que ao invés de ser repressora, seja realmente a garantidora de direitos e garanta a segurança dos cidadãos, e ao invés da utilização da força física são valorizados a inteligência, a capacidade de resolver conflitos, a inovação e o trabalho em equipe.

Conclui-se que a incorporação das mulheres nas Instituições da Polícia militar, foi uma das melhores iniciativas que a Instituição poderia tomar. Não foi possível entrevistar um contingente maior de brigadianos, pois ainda existe, pelo o que observou-se um certo receio dos mesmos em falar sobre o seu trabalho e suas considerações a respeito deles mesmos dos colegas e da organização, que é regida por regras, que de acordo com os entrevistados, são rígidas, é o que diz a entrevistada M1: [...] “Isto é muito claro dentro da nossa Instituição por ser regida pela hierarquia e disciplina” [...], e o entrevistado H1, reforça esse posicionamento, [...] “a Instituição é baseada na hierarquia e disciplina, e o regulamento é muito rigoroso” [...], portanto, fica ainda uma certeza que mais pesquisas, relacionadas a Brigada Militar, devem ser desenvolvidas, não somente ao que se relaciona com as mulheres no serviço militar, mas relativo a Instituição em si, onde acredita-se, existe muita informação relevante para próximos estudos. E como sugestões para trabalhos futuros, aponta-se a possibilidade de aplicar esta pesquisa em outros regimentos do próprio RS ou até mesmo em outros estados do Brasil. Ainda há a possibilidade de um estudo com abordagem quantitativa utilizando indicadores de desempenho para averiguar as mudanças ocorridas.

Ao final desse estudo, recomenda-se ao 2ºRPMon, que cada vez mais as estruturas sejam adequadas para o recebimento das mulheres e que se espera, dentro de uma necessidade da gestão da diversidade e de gênero nas organizações militares, que as mulheres ocupem, cada vez mais papel de destaque nessas instituições.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

APLATEIA, Jornal. **Primeiras mulheres a ingressar na BM em Livramento, preparam-se para a aposentadoria.** Santana do Livramento. Disponível em: <http://www.aplateia.com.br/VisualizarNoticia/33821/primeiras-mulheres-a-ingressar-na-bm-em-livramento-preparam-se-para-a-aposentadoria.aspx> Acesso em: 19 setembro. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1979.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.106, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1984.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2106.htm) > Acesso em: 01 maio. 2017.

BÊRNI, D. A; FERNANDEZ; B.P.M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa: Modelando as Ciências Empresariais** – São Paulo: Saraiva, 2012.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na brigada militar do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre,

2003. Disponível em: <http://observatoriodeseguranca.org/files/M%C3%A1rcia%20Calazans.pdf> > Acesso em: 31 mar. 2017.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho Feminino no Policiamento Operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte. 2006. Disponível em: < [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EMLE-6W7HXL/monica\\_carvalho.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EMLE-6W7HXL/monica_carvalho.pdf?sequence=1) > Acesso em: 30 abril. 2017.

DA LUZ, Alex Faverzani; FUCHINA, Rosimeri. **A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho.** 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf> Acesso em: 27 abril. 2017.

DE BARCELLOS, Jorge Alfredo Pacheco. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. In BRASIL, **Decreto-Lei nº 667** de 2 de julho de 1969. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2219/000270662.pdf?sequence=1> > Acesso em: 30 abril. 2017.

FREITAS, Carlos Alberto de Sousa. **Políticas de Segurança Pública.** Florianópolis: Revista do Curso de Ciências Sociais, n. 2, 2004.

GOMES, Everton Ramos Gomes; SILVA, Bibiana Giudice; BITENCOURT, Louise; GONÇALVES, Martiele; SILVA, Andressa Hennig. **ESTILOS DE GERENCIAR: UM ESTUDO NA BRIGADA MILITAR,** 2015. Disponível em: < <http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/16876/5924> > Acesso em: 11 agosto. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** – 6ºed. - São Paulo: Atlas, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estudo de Caso** – 1 ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social.** São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOUREIRO, Ythalo Frota. **Princípios da hierarquia e da disciplina aplicados às instituições militares: uma abordagem hermenêutica.** 2004. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/5867/principios-da-hierarquia-e-da-disciplina-aplicados-as-instituicoes-militares> > Acesso em: 10 maio. 2017.

MUSAMECI, Leonardo; SOARES, Bárbara Musameci. **POLÍCIA E GÊNERO: PARTICIPAÇÃO E PERFIL DAS POLICIAIS FEMININAS NAS PMS BRASILEIRAS,** 2004. Disponível em: em:

<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/230>> Acesso em: 11 agosto. 2017.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e racionalidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

REZENDE, Elma de Fátima; PEREIRA, Erlândia Silva. **Os múltiplos papéis da mulher trabalhadora: um olhar do serviço social**. Revista Católica, 2011. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo17.pdf>> Acesso em: 27 abril. 2017.

RICHARDSON, Roberto J.; **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ªed. - São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. **DECRETO Nº 23.245**, DE 13 DE AGOSTO DE 1974. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=34188&hTexto=&Hid\\_IDNorma=34188](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=34188&hTexto=&Hid_IDNorma=34188)> Acesso em: 30 abril.2017.

\_\_\_\_\_ **DECRETO-LEI n.º 7.977-** Constituição Estadual - De 08 de janeiro de 1985. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=22381&hTexto=&Hid\\_IDNorma=22381](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=22381&hTexto=&Hid_IDNorma=22381)> Acesso em: 01 maio.2017.

SCHEIN, Edward Horn. **Segurança Policial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Vestindo a farda: a identidade da mulher militar na polícia feminina no paraná em 1977**. Paraná, 2011. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/72.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2017.

SOUZA, Marcos Santana de. **"Sou policial, mas sou mulher": gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo** – Campinas, SP, 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/premios/226989.pdf>> Acesso em: 19 maio. 2017.

TRIVIÑIOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928- **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

TAVARES, M.S. **Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracajú/SE. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/07.pdf>> Acesso em: 30 abril. 2017.

VASCONCELLOS, E; HEMSLEY, J.R. **Estrutura das organizações: estruturas tradicionais, estruturas para inovação e estrutura matricial**. 4.ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.